

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.253 - SP (2019/0297086-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FELIPE NANINI NOGUEIRA
ADVOGADO : FELIPE NANINI NOGUEIRA - SP356679
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADAUTO MARTINS CARRIEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ADAUTO MARTINS CARRIEL apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2192528-66.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 5 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, ante a apreensão de "**50 (cinquenta) invólucros de cocaína, com peso aproximado de 57,76g (cinquenta e sete gramas e setenta e seis centigramas)**" – e-STJ fl. 114, grifei.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 188):

Habeas corpus. TRÁFICO DE DROGAS. Pretendida aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, alteração para o regime aberto e substituição por restritivas de direitos. Inadequação da via eleita. Matérias que ensejam impugnação através do recurso de apelação, já interposto. Inaceitável a utilização do writ como sucedâneo de recurso próprio e com o escopo de revisar sentença condenatória. Apelo em liberdade. Inadmissibilidade. Indeferimento fundamentado. Paciente que permaneceu preso durante a instrução, foi condenado ao regime inicial fechado e que é reincidente específico. Manutenção da prisão para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

No presente *writ*, sustenta o impetrante inexistir motivação idônea para a não aplicação do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e que o paciente preenche todos os requisitos legais exigidos, asseverando que a quantidade de drogas apreendidas não justifica a não incidência da aludida benesse.

Pontua que, reconhecida a prática do tráfico privilegiado, o paciente faz

Superior Tribunal de Justiça

jus à fixação de regime prisional diverso do fechado, visto que o regime mais gravoso teria sido justificado tão somente na gravidade abstrata do crime, invocando, ainda, os enunciados 440 da Súmula desta Corte e 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega ser vedado ao Tribunal *a quo* complementar a decisão de primeiro grau.

Destaca, por fim, que a negativa do recurso em liberdade não foi justificada, uma vez que ausentes os requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Busca, inclusive liminarmente, seja aplicada a causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 no patamar máximo, bem como seja fixado o regime aberto e substituída a sanção corporal por restritivas de direitos ou, subsidiariamente, seja revogada a segregação antecipada do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, cabendo destacar, ainda, que as alegações relativas à pena aplicada não foram examinadas pelo Tribunal de origem, o que impede esta Casa de analisar os temas, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Superior Tribunal de Justiça

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

